

# O Brasil acena com o pagamento dos juros

Ao apresentar detalhes da proposta feita aos credores da dívida brasileira, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial do País, disse que o Brasil propôs aos bancos o pagamento, em 1991 e 1992, de parte dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados, de junho do ano passado até hoje. A proposta, recusada pelos banqueiros (veja abaixo), acenou também ao comitê interino dos bancos credores com a conversão da dívida externa em investimentos, ou sua utilização na compra de empresas estatais, dentro do processo de privatização federal.

Durante a longa entrevista que concedeu ontem, junto com o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, Dauster informou que hoje será definida a data da chegada ao País da missão técnica dos bancos credores, que recolherá mais dados sobre a proposta de refinanciamento da dívida, apresentada na semana passada em Nova York. Apenas depois deste levantamento de informações é que o Brasil e os bancos deverão marcar uma nova reunião, esclareceu Dauster.

Os negociadores da dívida mostram-se tranqüilos diante das reações de incredulidade dos bancos internacionais à proposta de renegociação brasileira. Dauster classificou as reações como naturais. "É assim mesmo. Os diretores dos bancos estão pensando nos seus empregos e no recebimento de dinheiro para equilibrar o próximo balanço trimestral", justificou o embaixador, que acrescentou não temer um confronto com os

Segundo Jório Dauster e Kandir, a proposta aos credores diz que os novos títulos poderão ser utilizados na compra de estatais a serem privatizadas.



José Paulo Lacerda/AE

credores. "A negociação é a única saída", salientou.

Dauster informou que o Brasil pediu aos bancos credores um empréstimo-ponte de US\$ 8 bilhões. Estes recursos seriam utilizados, se liberados, no pagamento integral dos juros atrasados desde junho de 1989. Desta forma, o Brasil assumiria uma nova dívida com o mesmo valor daquele montante, que seria incorporada ao processo de refinanciamento do principal devido pelo setor público, de US\$ 51 bilhões.

O embaixador explicou que a maior parte da dívida de US\$ 8 bilhões se somaria aos US\$ 51 bilhões convertidos em novos títulos de longo prazo (de até 45 anos, segundo informações que não confirmou oficialmente).

Mas outra parcela da dívida seria paga em 1991 e 1992, talvez sob a forma de um novo papel, segundo Dauster. O pagamento antecipado estaria dentro do teto máximo de pagamento definido para o Brasil nos próximos dois anos, explicou.

## Privatização

Dauster e Kandir revelaram que, dentro de pouco tempo, o governo brasileiro definirá as regras de participação de capital estrangeiro no processo de privatização federal. Com estas regras, a conversão está suspensa desde o final do ano passado. O embaixador explicou que o País permitiria a utilização de todos os novos títulos da dívida na privatização e conversão em investimentos. O Brasil propôs a conversão da dívida (além dos

títulos de até 45 anos) em papéis de até 25 anos ou de até 15 anos (Bônus de saída). A utilização da dívida na conversão e privatização se limitaria a restrições monetárias. Jório Dauster previu que a maior parte dos novos títulos de longo prazo propostos aos bancos serão resgatados dentro de 20 anos — os prazos originais dos novos papéis teriam até 45 anos. Segundo Dauster, poucos títulos de longo prazo seriam resgatados nos prazos originais, porque os bancos tentariam livrar-se deles nos leilões que seriam promovidos pelo Brasil, nos sorteios internacionais públicos, pela sua conversão em investimentos no país ou como moeda de pagamento no processo de privatização federal.